

Vida de freira, entre a vocação e a profissão: análise da formação religiosa no interior da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia (1927-1950)

Nun's life, between vocation and profession: analysis of religious formation within the congregation of the Sisters of Jesus in the Most Holy Eucharist (1927-1950)

Luciene Carla Corrêa Francelino

Mestre em História

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

lucienecarla20@hotmail.com

Recebido em: 09/11/2018

Aprovado em: 04/02/2020

Resumo: Nossa pesquisa tem como objetivo problematizar os conceitos de vocação e profissão religiosa, no âmbito da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, fundada em 1927 por madre Gertrudes de São José no município de Cachoeiro de Itapemirim. Para isso, faremos uma reflexão acerca da condição feminina no Brasil colonial, destacando os empecilhos impostos pela Metrópole portuguesa para que se estabelecessem conventos e recolhimentos femininos no país. Outrossim, destacaremos os efeitos dos discursos que reforçaram o paradigma de inferioridade feminina, bem como a nova abordagem historiográfica acerca da história das mulheres. Realizaremos uma análise histórica acerca da vocação ou escolha profissional de mulheres que decidiram servir a Deus, no interior de uma irmandade, destacando os diversos fatores que influenciam a opção pela vida eclesíastica, bem como as agruras da profissão/vocação de freira.

Palavras-Chave: Freiras; vocação; profissão.

Abstract: Our research aims to problematize the concepts of vocation and religious profession in the context of the Congregation of the Sisters of Jesus in the Holy Eucharist, founded in 1927 by Mother Gertrudes de São José in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim. For this, we will reflect on the female condition in colonial Brazil, highlighting the obstacles imposed by the Portuguese metropolis to establish convents and women gatherings in the country. Also, we will highlight the effects of the discourses that reinforced the feminine inferiority paradigm, as well as the new historiographic approach about the history of women. We will carry out history analysis about the vocation or professional choice of women who have decided to serve God within a fellowship, highlighting the various factors that influence the choice for ecclesiastical life, as well as the hardships of the nun's vocation.

Keywords: Nuns; vocation; profession.

Introdução

O trabalho junto aos desvalidos foi uma das várias formas de atuação filantrópicas praticada pela Igreja e seus membros ou por leigos. Diversas ordens religiosas femininas foram criadas para prestar assistência aos necessitados. Na primeira era cristã – até o ano 500 – uma das primeiras ordens de mulheres que trabalhavam junto aos desvalidos foram as diaconisas e as viúvas, mais tarde integraram-se as virgens, as presbiterianas, as canônicas e as irmãs de caridade (DONAHUE, 1993).

Nesse artigo abordaremos a história de mulheres que estabeleceram uma congregação genuinamente brasileira no início do século XX. Por isso se faz necessário uma breve incursão pelos discursos que determinaram o lugar social da mulher e sedimentaram a reclusão feminina no Brasil.

De acordo com Colling (2014), a definição de papéis é construída e sustentada por teorias que possuem um caráter de cientificidade em cada época e sociedade, sendo estes responsáveis pelo lugar social destinado aos homens e mulheres no decorrer da história. A primeira mensagem desse gênero – abordando a definição de papéis entre homens e mulheres – que se tem conhecimento é originário da Grécia Antiga e “proferida” por Aristóteles no início da era ocidental. Na perspectiva grega, as mulheres eram criaturas inferiores por natureza, ou seja, de acordo com Aristóteles, comparando o masculino e o feminino no reino animal, as fêmeas apareciam sempre em desvantagem: possuíam o corpo mais fraco, a carne mais flácida e o cérebro menor.¹ A teoria Aristotélica foi incorporada pelos discursos médico, religioso, psicanalítico, educacional e jurídico, acarretando efeitos desastrosos sobre a imagem e a dignidade feminina ao longo da história, qualificando as mulheres como:

[...] criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, curiosas, indiscretas, incapazes de guardar segredo, pouco criativas, em especial nas atividades do tipo intelectual ou estético, temerosas e covardes, escravas de seu corpo e de seus sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, inconsequentes, histéricas, vaidosas, traidoras, invejosas, incapazes de serem amigas entre elas, indisciplinadas, desobedientes, impudicas, perversas, etc. São

¹ *Das partes dos animais* é um tratado elaborado por Aristóteles por volta de 350 a.C. no qual o autor examinou mais de quatrocentas espécies zoológicas, comparando-as e descrevendo suas características. Utilizou em suas observações duas categorias: a de gênero e da espécie. Esse tratado influenciou tanto as teorias naturais como os trabalhos dos naturalistas do século XVII (COLLING, 2014).

as Evas, as Dalilas e outras tantas figuras míticas criadas para reforçar estes estereótipos (COLLING, 2014, p. 4).

A tradição judaico-cristã acabou por reforçar o paradigma de inferioridade feminina através do relato da criação, bem como da expulsão do paraíso. Muitos juristas durante séculos recorreram a tais textos para afirmar a incapacidade da mulher em gerir patrimônio e assumir posição de comando mediante a morte do marido. O médico grego Hipócrates² afirmava através da teoria dos humores³ que as mulheres eram formadas por humores úmidos e frios, por isso possuíam um comportamento inconstante e ardiloso. Até o século XVIII o discurso médico era utilizado para referendar o papel de submissão destinado a mulher, tanto na sociedade como na família. A histeria, por exemplo, era uma doença atribuída essencialmente à natureza feminina e era justificada por tentações demoníacas ou pela necessidade de contrair matrimônio e de procriação. Muitas mulheres inaptas para o casamento, em virtude de questões relacionadas à honra⁴ recorriam ou eram enviadas contra a sua vontade para casas religiosas femininas, onde viviam sob um regime de clausura.

Nos conventos elas não estavam sob a tutela do pai, marido ou filho mais velho, entretanto, estavam sujeitas à hierarquia masculina de clérigos da Igreja. Embora muitas delas buscassem a vida religiosa em virtude de um chamado divino denominado “vocação”, outras tantas eram enclausuradas em consequência de um paradigma que conferia a elas sujeição e inferioridade diante do sexo oposto.

² Considerado o mais célebre médico da Antiguidade, Hipócrates nasceu na ilha grega de Cós por volta de 460 a.C. Antes dele as práticas terapêuticas eram tarefa principalmente dos sacerdotes que consideravam as doenças como castigos divinos. Ao contrário dos religiosos, buscava explicação para as enfermidades observando aspectos dos olhos, pele, temperatura do corpo e eliminação dos resíduos. Dessa maneira, fundamentou sua prática e sua forma de compreender o organismo humano, incluindo a personalidade, através da teoria dos humores. Escreveu diversos tratados nos quais descreveu os sintomas de doenças como malária e tuberculose, sua contribuição para a medicina moderna é incontestável. Morreu por volta de 377 a.C. É considerado por muitos como o pai da medicina (GIORDANI, 1972, p. 123-124).

³ Segundo essa teoria, a vida era regida pelo equilíbrio entre quatro humores: sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra provenientes respectivamente do coração, sistema respiratório, fÍgado e baço. A predominância natural de um humor sobre o outro acarretava diferentes características pessoais que influenciavam a personalidade de cada indivíduo originando os tipos sanguínário, melancólico, fleumático ou colérico. Segundo Hipócrates, as doenças surgiam a partir de um desequilíbrio entre os humores, alterações provocadas por causa dos alimentos, dos quais o ar e a água estavam incluídos. A febre seria um mecanismo utilizado pelo corpo para coser humores sobressalentes. A função do terapeuta era auxiliar o organismo a seguir o seu mecanismo de funcionamento natural, expulsando os humores excessivos.

⁴ A honra de uma mulher estava estreitamente ligada a virgindade e aos rÍgidos padrões morais da época. Sobre as moças de honra duvidosa pesava a suspeita ou certeza da perda da virgindade. Se uma jovem deixasse de ser casta antes do casamento, manchava a honra de toda a família e afetava a credibilidade da mesma diante da sociedade. Para saber mais sobre o assunto ver Araújo (2010).

4

A primeira lei com caráter universal para a clausura foi a Constituição Peticulosa de 1298, instituída pelo papa Bonifácio VIII, que proibia determinantemente a saída das religiosas dos conventos, salvo em casos de doença contagiosa que pudesse colocar em risco toda a comunidade. No século XVI, o papa Pio V determinou que a saída da reclusão só poderia acontecer em casos de incêndio, lepra – ou outra doença contagiosa –, ruína do edifício que abrigasse tais mulheres ou em ameaça iminente de guerra, mas em todas as situações era necessário pedir autorização por escrito à respectiva autoridade eclesiástica responsável. Destarte, no século XVII, a vida religiosa monástica tinha como princípio basilar a clausura (FERNANDES, 1992).

Houve forte resistência por parte da Coroa portuguesa para que entidades destinadas a reclusão feminina fossem criadas no Brasil durante o período colonial, em virtude da escassez de mulheres brancas para fins de matrimônio. Era grande o número de portugueses que se amancebavam com índias e negras, gerando uma população mestiça. A Coroa temia que esse contingente populacional não reconhecesse o domínio português e se rebelasse contra a Metrópole. Os conventos representariam um entrave para a colonização e povoamento do território, uma vez que as freiras não geravam filhos. Diante das barreiras impostas pelos colonizadores, a população local passou a pressionar a Metrópole para que estabelecimentos congêneres vigorassem no Brasil, visto que estes eram uma alternativa para as filhas de honra duvidosa que não conseguiam contrair matrimônio.

Em virtude das dificuldades impostas para a criação de conventos surgiu a possibilidade de estabelecer recolhimentos para mulheres. Silva (2005) destaca que tais instituições eram casas religiosas análogas aos conventos, entretanto, apresentavam menos requisitos para serem fundados, ou seja, enquanto os conventos necessitavam de uma ordem papal e da aceitação da ordem religiosa da qual a instituição pretendia fazer parte, a abertura de um recolhimento dependia apenas de uma licença episcopal. Além disso, os conventos além de exigirem um dote, só permitiam o ingresso de mulheres que possuíam dote ou “pureza de sangue”, desse modo, os recolhimentos eram uma alternativa para que mestiças, índias, negras, descendentes de judeus e brancas pobres ingressassem na vida monástica, no entanto, os recolhimentos não conferiam às internas o status de freira.

A partir do século XVI, a clausura feminina se tornou, além de espaço de devoção, um mecanismo de coerção para mulheres infratoras – que não se adequavam aos padrões da época -

“moças de má fama” ou esposas que estivessem em atrito com seus maridos⁵, que, diante de uma suspeita de traição, utilizavam a reclusão como castigo. Havia, também, pais que, temendo dilapidar o patrimônio familiar com vários dotes, internavam suas filhas em tais instituições (LAGE, 2016).

Havia um grande esforço em preservar a moral e a castidade das mulheres através dos altos muros dos conventos, de forma que estas se mantivessem distantes das concupiscências mundanas, mas, também, da vida pública. Numa Igreja em que os homens determinavam as regras e dogmas, a clausura acabou reforçando a sujeição das mulheres aos homens e a dependência das comunidades religiosas femininas à hierarquia eclesiástica deles.

No segundo quartel do século XIX, religiosas congregadas de vida ativa aportaram no Brasil. Diferentemente das religiosas de vida perfeita – que viviam na clausura - estas freiras exerciam atividades fora de suas casas, auxiliando os necessitados, além de se dedicarem a escolarização de meninas.⁶ Tais irmãs faziam parte da ordem de São Vicente de Paula – fundada na França em 1633 - e realizavam várias atividades nos lugares onde se instalavam, em geral eram trabalhos relacionados ao cuidado de doentes e órfãos. Os ideais de caridade das Vicentinas serviram de modelo para a criação de novas congregações de vida ativa, a exemplo da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, fundada por madre Gertrudes de São José, em 1927, no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Leite (1984) destaca que raramente a mulher aparecia na documentação produzida oficialmente, exceto quando perturbava a ordem, desempenhava papéis que não eram permitidos à uma mulher – como alguém à frente do seu tempo – ou, ainda, quando exercia de forma extremada o papel feminino a ponto de ganhar notoriedade. Em relação ao espaço social destinado à mulher e sua presença na historiografia, Michele Perrot assevera:

⁵ Araújo (2010) relata um episódio em que determinada mulher fez um requerimento junto às autoridades competentes pedindo permissão para abandonar o recolhimento dos Perdões na Bahia, pois tinha sido deixada no local pelo marido há mais de 20 anos, quando o mesmo viajara para Portugal (Araújo, 2010, p. 59).

⁶ Essas congregações eram aprovadas pelo papa e não proferiam votos perpétuos, como as religiosas de vida perfeita, mas votos de obediência que eram renováveis periodicamente. O modelo conventual “tradicional” continuou existindo, mas foi recebendo cada vez menos adeptas, sendo desejado pelas mulheres que ansiavam por uma reclusão devocional, enquanto o modelo de vida ativa expandiu-se entre outros motivos, por dedicar-se à escolarização de meninas, com a finalidade de instruí-las para o mundo externo, em especial para o casamento e a maternidade. Outro fator que diferenciava as ordens religiosas que recebiam as freiras de vida perfeita é que estas obedeciam a uma determinada regra, mas viviam em comunidades independentes, sem ligação com outras casas da ordem e cada comunidade ou casa, tinha a sua Superiora. Enquanto as congregações de vida ativa caracterizavam-se por práticas religiosas e sociais, tendo permissão para circular pelas cidades e possuíam uma Superiora geral no local de fundação da congregação (LAGE, 2016).

A cidade do século XIX é um espaço sexuado. Nela as mulheres se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas [...]. Quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes ou contra os proprietários[...] Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados (PERROT, 1989, p. 11).

Em fins do século XX percebe-se um movimento de diversos ramos da ciência em prol de um conhecimento menos superficial sobre as mulheres e sua participação na história. Historiadores, sociólogos e antropólogos debruçaram-se sobre o estudo da condição feminina, alargando as fronteiras de um campo de conhecimento em que poucos haviam se aventurado. Utilizando documentos até então pouco valorizados pela historiografia oficial, como diários, cartas pessoais, álbum de fotos e até livros de receitas, surge um novo olhar sobre a história, da qual as mulheres passaram a ser “vistas e ouvidas” (ALGRANTI, 1993).

Graças a essas pesquisas têm chegado ao nosso conhecimento uma história menos excludente que aborda não apenas a trajetória de heroínas e mártires, mas a história da maioria das mulheres brasileiras que viveram de acordo com as normas e as regras sociais de seu tempo, que não foram revolucionárias, tampouco visionárias, mas que nem por isso suas histórias não mereçam ser investigadas ou contadas. Viver é resistir, buscar espaços de inserção e sociabilidade, interferir e mudar a realidade, muitas vezes através do que é possível num determinado momento. Nossa pesquisa aborda a história de mulheres que faziam parte de uma congregação religiosa no início do século XX. As relações no interior da irmandade foram marcadas por submissões e transgressões, conformismo e criatividade.

Fundação da Congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia

A congregação foi fundada por madre Gertrudes de São José⁷, no dia 10 de outubro de 1927 no município de Cachoeiro de Itapemirim, cidade localizada ao sul do estado do Espírito

⁷ Nasceu na vila de Casacce, na cidade italiana de Chiuro, no dia 07 de agosto de 1876. Seu nome de batismo, Martina Toloni. Filha de um alfaiate e de uma costureira, perdeu a mãe quando tinha apenas cinco anos de idade. Foi educada por freiras no orfanato Casa Della Providenza, onde recebeu o primeiro contato com a religiosidade. Tornou-se noviça em 1900 e após algumas experiências em congregações religiosas italianas, embarcou para o Brasil em 1904, para atuar junto aos necessitados. Trabalhou em hospitais e orfanatos no estado de São Paulo. Em 1911, ingressou na congregação de São José de Chambéry em Itu e passou a adotar o nome religioso de Gertrudes de São José. Peregrinou por diversas casas da congregação até ser acolhida pela irmandade Servas de Maria, no Rio de Janeiro. Em 1927 chegou ao sul do estado do Espírito Santo com a finalidade de recolher donativos para cobrir os custos de uma reforma feita em um colégio da irmandade Servas de Maria. Durante sua trajetória religiosa em vários momentos demonstrou o

Santo. Inicialmente a irmandade recebeu a denominação de Congregação das Irmãs de Cristo Rei. A Superiora recebeu autorização do bispo da arquidiocese do Espírito Santo para fundar um colégio e uma congregação. Isto posto, foi alugada uma casa para ser a sede da irmandade e do colégio e três anos mais tarde o imóvel foi comprado pela congregação pelo valor de 50 contos de réis. O colégio Sagrado Coração de Jesus⁸ iniciou suas atividades em de fevereiro de 1928.

O período em que a congregação foi fundada coincide com um intenso processo para “recristianização”⁹ do país. Esse movimento recebeu influência das encíclicas do papa Pio XI, especialmente a *Ubi Arcano*¹⁰ (1922) e a *Quas Primas*¹¹ (1925), nas quais o pontífice combate o laicismo que, segundo o mesmo, estavam corroendo a sociedade (SÃO JOSÉ *et al.*, 1990, p. 63-64).

Madre Gertrudes se enquadra nessa militância religiosa do início do século XX, após experiências em congregações na Itália e no Brasil, resolve fundar em 1927 uma irmandade em Cachoeiro de Itapemirim para atuar, a princípio, na escolarização de moças. Nos anos seguintes freiras da irmandade passam a atuar na Santa Casa de Cachoeiro, bem como em orfanatos, hospitais e escolas em diversas regiões do país. A freiras da congregação criada por madre Gertrudes assumem a tarefa de se tornarem um mecanismo de propagação dos princípios católicos nos locais em que atuavam. A irmandade era composta por mulheres vocacionadas que passaram a ocupar importantes postos nas comunidades em que estavam inseridas.

A vocação religiosa geralmente é percebida como um chamamento divino, algo que estaria fora do alcance das análises históricas e sociológicas por se tratar de um fenômeno metafísico, no

interesse de fundar a sua própria congregação. No município de Cachoeiro de Itapemirim, algumas senhoras de famílias abastadas confidenciaram a Gertrudes o interesse do estabelecimento de um colégio religioso para que suas filhas estudassem. Motivada pelo interesse de fundar uma congregação e um colégio, Gertrudes procura o bispo da arquidiocese do Espírito Santo e recebe do mesmo autorização para empreender os seus projetos na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. A freira alugou uma casa para ser a sede da irmandade e do colégio. A congregação foi fundada em outubro de 1927 e o colégio iniciou suas atividades em fevereiro do ano seguinte (SÃO JOSÉ *et al.*, 1990, p. 55-56).

⁸ Atualmente a instituição é denominada de Colégio Jesus Cristo Rei.

⁹ Após a proclamação da República, em 1889, o Estado brasileiro tornou-se livre da tutela da igreja, passando a assumir diversos espaços, até então ocupados pela mesma, como: educação de crianças, administração de cemitérios, além da instituição do casamento civil. O Episcopado acata o regime republicano, mas não aceita a laicização da sociedade. Nesse cenário de mudanças e incertezas Dom Sebastião Leme se torna a principal liderança do episcopado no Brasil, assumindo a tarefa de recristianizar o país. Para o arcebispo era necessário bombardear a sociedade com símbolos católicos em cultos, eventos, instituições, escola e imprensa (MARCHI, 1989, p. 184-185).

¹⁰ Primeira encíclica assinada pelo Papa Pio XII, datada de 23 de dezembro de 1922, na qual o pontífice convidava os católicos a trabalhar para criar uma sociedade totalmente cristã. Sua intenção era construir um novo cristianismo do qual a Igreja Católica era precursora e ativa.

¹¹ Encíclica de 11 de dezembro de 1925, na qual Pio XI estabelece a festa de Cristo Rei e o culto ao Sagrado Coração de Jesus. O objetivo do Papa era combater as várias correntes laicas que, de acordo com o entendimento da Igreja, se opunham aos valores cristãos. A festa ocorre no último domingo do ano litúrgico, entre os dias 20 e 26 de novembro.

entanto, se o ser humano é sobretudo um ser histórico, podemos ver que suas escolhas, visão de mundo e crenças estão impregnadas de resíduos culturais do meio social em que está inserido, portanto, passíveis de análise.

Seidl (2012) reflete acerca da atuação religiosa afirmando que há resistências em analisar a vocação eclesial como escolha profissional. Segundo o autor, o exercício religioso é encarado como missão em vez de carreira ou profissão. Para reforçar tal entendimento existe a recusa da esfera econômica do lucro, ou de um rendimento individual.¹²

No primeiro quartel do século XX, era grande o contingente de vocações nas famílias camponesas de prole numerosa. Isso se dava, entre outros fatores, pela possibilidade de acesso à escolarização quando o filho ingressava em alguma Ordem religiosa, além do capital cultural que a família adquiria por ter um de seus membros nos quadros da Igreja¹³ (SUAUD 1978).

Confirmando a análise realizada anteriormente, constatamos que a maioria das jovens que ingressavam na congregação das irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia eram provenientes da zona rural, dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Alagoas e Santa Catarina¹⁴.

Ao examinarmos a vocação religiosa feminina no Brasil no início do século XX, não encontramos disparidades em relação aos incentivos externos ou às influências socioculturais no chamado eclesial das moças, sobretudo da zona rural. Nesse aspecto, o ingresso de uma filha de família camponesa em um convento estava muitas vezes relacionado ao desejo de desvencilhar-se de um casamento arranjado ou de questões de herança na partilha da propriedade entre uma prole numerosa. Sobre esse assunto, Moura (1978) destaca que se uma família numerosa pode representar garantia de mão-de-obra para o trabalho na propriedade, por outro lado, poderia acarretar a dilapidação do patrimônio em virtude da divisão de herança.

O ensaio de Miriam Pillar Grossi, intitulado *Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação*

¹² Membros das esferas eclesiais da Igreja Católica não recebem um salário individual para exercer o cargo ou funções pertinentes a vida religiosa. As Ordens que prestam serviços em hospitais ou escolas recebem um salário coletivo utilizado para investir na expansão e manutenção da irmandade e para suprir as necessidades de seus integrantes.

¹³ O estudo de Suaud (1978) aborda as vocações sacerdotais em Vendeia, região localizada no sul do vale de Loire, à oeste da França. O local forneceu um grande número de sacerdotes à Igreja até os anos 1960, quando ocorreu um período de declínio das vocações religiosas.

¹⁴ Informação extraída do livro de inscrição e matrícula das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, referente aos anos de 1927 a 1950, p. 1 -6.

religiosa feminina (1990), destaca que a opção pela vida consagrada pode ser analisada sob três aspectos: plano coletivo, que envolve anseios familiares; projetos individuais e proposta eclesial. Partindo da primeira perspectiva, a ida de uma filha para o convento muitas vezes acarreta conflitos no âmbito familiar, pois, mesmo que servindo para resolver questões de herança, esbarra em outros temas significativos para a família, como a falta que uma filha poderia representar na provisão e cuidado dos pais na velhice. Aliado a estes fatores estava o ônus financeiro com o dote que a aspirante à vida religiosa precisa levar para o convento, além do enxoval.¹⁵ Os contratempos e conflitos provocados em virtude da opção pela vida eclesial se diluíam quando a filha tornava-se finalmente freira. Tais questões cediam espaço para o prestígio familiar e na aquisição de capital simbólico na comunidade, principalmente entre as famílias da zona rural.

Analisando a vocação como um projeto individual, Grossi afirma que é inegável que muitas jovens percebiam o ingresso em um convento ou congregação como um mecanismo de “libertação” das obrigações familiares próprias do meio rural e como inserção em um universo rico de possibilidades, incluindo missões para países da África e Ásia. Concluindo sua análise acerca da vocação religiosa, Grossi menciona, ainda, que existe a proposta eclesial, elaborada pela Igreja, que tem a finalidade de reproduzir-se de forma material e simbólica em diversos locais como escolas, hospitais e comunidades, nas quais as freiras se tornam instrumento de propagação dos princípios cristãos e da fé católica. Outrossim, se por um lado a saída de casa rumo a uma carreira religiosa pode representar para muitas moças a independência do poder paterno, a congregação, com suas Regras e normas, acabava reproduzindo o mesmo modelo organizacional das famílias da zona rural.

Para elaboração desse estudo tivemos inicialmente acesso as cartas e circulares escritas pela Superiora da congregação às freiras, tais correspondências tinham a função de orientar, alertar e incentivar as Irmãs. Esse material foi catalogado e organizado em forma de livro, pelas religiosas da irmandade, contudo, só as mesmas possuem exemplares deste e mesmo havendo alguns na Biblioteca do Colégio Jesus Cristo Rei, o mesmo não está disponível para empréstimo. Só após

¹⁵ O dote tem a finalidade de cobrir as despesas da moça durante o período do postulado, ou antes da realização dos votos no convento. Nesse período, que poderia durar de seis meses a um ano, as despesas da jovem correm por conta da família. Mesmo as congregações que afirmam a não exigência do dote possuem regra clara sobre a responsabilidade da família com as despesas das moças nessa etapa dos estudos. Além do dote a jovem deveria levar consigo o enxoval, que poderia variar de uma congregação para a outra, mas, geralmente, era composto de lençóis, toalhas, cobertor, saias, blusas, roupa íntima e uma calça comprida.

diversas conversas com as freiras acerca da pesquisa e relevância da mesma, estas cederam um exemplar do livro para realização desse estudo.

Além das cartas e circulares escritas por madre Gertrudes às freiras da congregação, outro importante documento que norteou nossa pesquisa, foram as Constituições, também denominada de Regra de Vida, das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, referentes ao período de 1932 a 1950¹⁶, esse documento é um manuscrito, do qual cada religiosa deveria ter o seu exemplar, copiado do próprio punho. Este material também foi gentilmente cedido pelas freiras. Tal documento regulava todas as esferas da vida das Irmãs, desde a fisionomia até a postura do corpo. Conforme podemos observar abaixo:

1º - Que o aspecto da face seja sereno, calmo, aberto, acolhedor e, em geral, mais alegre do que triste;

2º - Que vossos olhares expressem doçura, simplicidade, benevolência e um modo de recato;

3º - Não deixeis vossos olhares se divagarem ou sobre um objeto, ou sobre outro e que o movimento dos mesmos não seja nem muito frequente nem muito lânguido;

5º - Não os lanceis jamais de maneira alguma, sobre pessoas de outro sexo, mas se necessário, que isto seja sem perturbação nem temos aparente, sempre com simplicidade e decência;

8º - Evitai todo o movimento brusco da cabeça;

9º - Não façais jamais sinal algum com os traços do rosto, da boca, com os olhos, etc para exprimir uma paixão ou uma afeição da alma, desgostos, aversão, etc;

11º - Estando em pé, deixe o corpo direito e firme, sem esforço, nem pöse efeminada (Apêndice extraído das Constituições das Irmãs de Cristo Rei, 1932-1950).

Os momentos de recreação também eram ordenados de forma criteriosa por regras que tinham o objetivo de evitar conversas indesejadas que pudessem expressar sentimentos íntimos de amizades, inimizades ou contestações:

1 - Evitai, na recreação, certa indiferença, desleixo ou uma súbita expansão;

2 - Tende em igual aversão, tanto uma espécie de intemperança nas conversas, como um silêncio afetado;

¹⁶ Um exemplar desse documento foi enviado pelos correios, pelas freiras que vivem na sede da congregação em Belo Horizonte. Em viagem a capital de Minas Gerais, para pesquisar no arquivo da instituição tivemos acesso a diversas Constituições referente a diferentes períodos da história da irmandade. Entretanto, para a elaboração desse artigo, utilizamos apenas as Constituições correspondente ao ano de 1932 a 1950.

- 4 - Tomai em conta a vossa idade e a vossa posição, para saberdes a parte que deveis tomar nas conversas;
- 5 - Não interrompais ninguém, sobre tudo, os vossos superiores;
- 6 - Jamais contestar coisa alguma, desviando agradavelmente a conversa, quando ela degenerar em contestação;
- 9 - Não faleis jamais de vos mesmas, nem bem, nem mal, ainda menos de vossas enfermidades ou penas;
- 15 - Não vos deixeis levar por gargalhadas estrondosas e imoderadas (Apêndice extraído das Constituições das Irmãs de Cristo Rei, 1932-1950).

O livro contendo as cartas e circulares da Superiora, bem como a biografia da mesma, estavam na biblioteca do Colégio Jesus Cristo Rei, no município de Cachoeiro de Itapemirim. Mas à medida em que a pesquisa avançava, surgiram lacunas acerca do cotidiano da congregação que a documentação analisada não era capaz de suprir. Em conversa com algumas freiras, descobrimos que o acervo documental da irmandade havia sido transferido para a sede da congregação, em Belo Horizonte, isto posto, viajamos para a capital de Minas Gerais, a fim de buscar mais fontes que embasassem nossa pesquisa. No local encontramos manuscritos valiosíssimos, como: Livro de registro e matrícula das freiras, Livro de tomada de hábito, Constituições referentes a diferentes períodos da história da irmandade, além de documentos que demonstram a atuação das religiosas em diversas regiões do país. É relevante mencionar, que só foi possível acessar tais documentos porque havia uma relação de confiança com as freiras, construída na medida em que estas tiveram acesso a trechos da pesquisa e compreenderam a relevância e rigor científico da mesma. Em conversa informal com as religiosas, acerca dos fatores que favoreceram a escolha pela profissão de freira, todas eram unânimes em afirmar que não se tratava de escolha profissional, mas de um chamado vocacional.

Acreditamos que para a maioria das religiosas tanto da congregação em estudo, como das demais espalhadas pelo país, tratar sua trajetória dentro de um instituto religioso como profissão, com todos os encargos, anseios e frustrações comuns à qualquer outro trabalho desempenhado por determinado profissional é constrangedor e vai de encontro aos princípios cristãos de amor ao próximo e de abnegação. Por isso, para as freiras é mais confortável encarar a opção pela vida religiosa como um chamado ou vocação, mesmo que a mesma envolva escolhas pessoais e familiares, conforme analisamos no decorrer desse estudo. Nunes (1997) afirma que desde os tempos coloniais homens e mulheres viviam de forma bastante distinta a sua religiosidade, isto porque, tanto a igreja, como a sociedade destinavam à estes tratamento diferenciado, de acordo com os padrões da sociedade patriarcal e o lugar social determinado ao feminino e masculino no

decorrer da história. Aos homens sempre foi destinado lugar de destaque nos altos escalões da Igreja, sendo eles, os responsáveis por determinar as normas e Regras de vida das freiras. Apenas homens têm assento garantido nas assembleias em Roma e decidem sobre questões relacionadas ao catolicismo. Entretanto, as mulheres não podem ser consideradas passivas receptoras e seguidoras das práticas determinadas pelo discurso masculino, muito menos figuras homogêneas com ações e reações análogas diante das exortações eclesiais. A história das freiras brasileiras é marcada por subordinação e transgressão, conformismo e originalidade.

Analisando o Livro de inscrição e matrícula das freiras da congregação de Jesus na Santíssima Eucaristia, percebemos que muitas religiosas não se enquadravam às rígidas normas da irmandade e por isso eram expulsas, fugiam ou pediam desligamento da congregação. Vale destacar que nesse livro – até o ano de 1968 - não estava explícito os motivos que levaram ao desligamento da religiosa do Instituto, mas indicava que procurasse no Livro de “Anotações, neste era descrito de forma detalhada os fatos que motivaram a secularização da religiosa¹⁷.

De 1927 a 1944 ingressaram 174 moças no Instituto, desse total, 64 deixaram a congregação por não se adaptarem às normas e regras da mesma. Para pormenorizar esse estudo apresentaremos uma análise do período de 1927 a 1935 através do quadro 4. Nesse período das 29 jovens que ingressaram na instituição, 9 saíram ou foram expulsas da irmandade.

Quadro 1– Índice de evasão do Instituto das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia

Nome	Entrada	Saída	Observações
Emília	12/10/1927	20/09/1943	Fugiu da congregação
Maria A.	04/06/1930	15/05/1935	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Maria F.	03/07/1929	08/01/1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Laura	12/01/1931	01/01/1933	Foi expulsa por ter um gênio revoltoso
Idacy	14/10/1933	1945	Expulsa por ter feito partido contra a superiora
Antonia	11/11/1933	12/05/1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Mariana	20/09/1933	12/01/1942	Fugiu da Santa Casa ¹⁸

¹⁷ Durante a análise das fontes, não tivemos autorização de manusear esse livro e registrar os dados contidos no mesmo. A irmã responsável pelo acervo da congregação se incumbiu da tarefa de fornecer a data de desligamento das religiosas do Instituto, quando estas não constavam no Livro de inscrição e matrícula. Acreditamos que a referida irmã, tentou resguardar informações que de acordo com o seu entendimento, poderiam expor fragilidades a respeito da história da irmandade. Entretanto, em alguns casos, as observações constavam também no Livro de Atas de Profissão de Fé das freiras (1930-1947) o qual tivemos livre acesso.

¹⁸ Desde 1929 religiosas da irmandade assumiram a administração interna da Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim. A referida irmã atuava na instituição, quando fugiu.

Mathildes	15/08/1934	1936	Saiu antes de fazer os votos perpétuos
Clotilde	17/09/1934	12/06/1939	Saiu antes de fazer os votos perpétuos

Fonte: Livro de inscrição e matrícula das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, p. 1 e Livro de Profissão Religiosa das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, n° 2, 1930 a 1947.

Nos anos seguintes as evasões aumentam de forma significativa, Isto posto, das 29 moças que ingressaram no período de 1935 a 1938, 12 deixaram a irmandade. Analisando igual número de moças no período de 1938 a 1940, constatamos que o total de egressas atingiu mais de 50%, ou seja, 17 jovens deixaram o Instituto. Entre os anos de 1940 a 1944, esse índice caiu para 10. Concluindo a análise, no período de 1944 a 1948, das 29 jovens que ingressaram na congregação, 16 secularizaram-se.

Ao analisarmos o principal documento regulador da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, poderíamos concluir que as religiosas viviam debaixo de regras despóticas e submetiam-se a tais em virtude da vocação religiosa. Entretanto constatamos que a vida no interior da congregação foi marcada por conflitos, que provocaram a evasão de diversas freiras. Destarte, a Igreja sempre procurou ajustar suas propostas à realidade que lhe era imposta em determinada época, a fim de conciliar seus interesses com a dos agentes sociais envolvidos em determinado momento histórico. Não foi diferente em relação às congregações religiosas femininas, que flexibilizaram suas normas e princípios “doutrinários” a fim de continuarem existindo.

Referências:

Documentação Primária

Constituições das Irmãs de Cristo Rei (1932 -1950). Acervo documental da Congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Livro de Inscrição e Matrícula das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia (1927-1988). Acervo documental da Congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia. Belo Horizonte, Minas Gerais.

MADRE GERTRUDES DE SÃO JOSÉ. **Cartas**. Congregação das Irmãs de Jesus na Eucaristia (maio de 1937 a junho de 1962). Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1981. Acervo da biblioteca do Colégio Jesus Cristo Rei. Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

Material Bibliográfico

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 45- 77.

- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados (MS): Ed. UFGD, 2014, p. 43-100.
- DONAHUE, Patricia. **Historia de la Enfermeria**. St Louis (MI): Mosby Company, 1993.
- FERNANDES, Maria Eugenia Matos. **O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-1780)**. Porto: Arquivo Histórico Câmara Municipal, 1992.
- GIORDANI, Mario Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. **Caderno de Pesquisa São Paulo**, n. 73, maio/1990, p. 48-58.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. **Educação em Revista**, v. 32, n. 3, Belo Horizonte, p. 51-56, 2016.
- LEITE, Miriam Moreira. Atividades. In: LEITE, Miriam Moreira (Org.), **A condição feminina no Rio de Janeiro (Século XIX)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1984 p. 89-140.
- MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 1989.
- MOURA, Maria Margarida. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. A Mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, v. 18, ANPUH/Marco Zero, pp. 09-18, 1989.
- SÃO JOSÉ, Angelina de. *et al.* **Morte de um Grão Certeza de Vida**. Belo Horizonte: Imprimatur, 1990.
- SEIDL, Ernesto. Sociologia da vocação religiosa: reprodução familiar e reprodução da Igreja. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n.º. 29, jan/abr, 2012, p. 240-272.
- SILVA, Simone Santos de Almeida. Religião e condição feminina no início do século XIX: controvérsias em torno da Irmã Germana. In: Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da UFJF, **Anais eletrônicos**, 2005. Disponível em <<http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/anais-do-i-coloquio-do-lahes-13-a-16-de-junho-de-2005/>>. Acesso em: 01 de março de 2018.
- SUAUD, Charles. **La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux**. Paris: Minuit, 1978.